

## Audiência Pública referente ao RIVI do RESIDENCIAL TANGARÁ

### Legenda:

(mm:ss) – tempo da fala.

(...) – palavra ou expressão inaudível.

(F) – falas de fundo

(?) – Dúvida.

Senhor Antônio Terra (00:18)

Boa noite a todos. O nome do Brasília ambiental gostaria de dar as boas-vindas a todos os participantes aqui da nossa audiência pública de hoje. Hoje o nosso tema aqui, da nossa audiência pública é apresentação e discussão do relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, para parcelamento do solo urbano, referente ao licenciamento ambiental, a fase de licença prévia do empreendimento denominado RESIDENCIAL TANGARÁ, localizado na Fazenda Sobradinho dos Melos, na Região Administrativa do Itapoã. A nossa audiência pública hoje ela é realizada no formato é presencial e virtual, justamente para que a gente tenha uma maior participação social, (?) uma maior participação. A gente tem a nossa audiência nesse formato misto que permite tanto a participação presencial lá no nosso ponto de acesso físico, quanto virtual é onde todos também vão poder participar. Fazendo a leitura aqui das nossas, nosso regulamento, da nossa descrição, da audiência pública hoje, dia 10/08/2023, com início às 19h00 encerramento previsto da nossa audiência é até as 22:00, já incluído o intervalo de 15 minutos previsto para ser realizado entre o término da exposição técnica e o início das manifestações dos participantes já com essa possibilidade também de prorrogação da audiência, então, até as 22h00. Nosso embasamento legal do que confere a parte da audiência pública virtual, ela segue os normativos da Instrução Normativa do IBRAM número 27, de 2020 e da resolução do CONAMA 494, também de 2020, que permitiu a possibilidade de realização das audiências públicas no formato online. Informações gerais aqui da nossa audiência pública. O processo de licenciamento ambiental número 0039100001943/2022-81 empreendimento RESIDENCIAL TANGARÁ, localizado na Fazenda Sobradinho dos Mellos, Região Administrativa do Itapoã. Tipo de licença, a licença prévia atividade, parcelamento do solo urbano, o interessado empreendedor é a TERIVA Urbanismo S.A. e a empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental, a PARANOÁ Consultoria e Planejamento Ambiental. Em relação a nossa audiência pública os avisos da audiência pública foram publicados conforme os dispositivos previstos no Artigo Quinto da Lei 5081, de 2013, tanto no DODF quanto no jornal de grande circulação, no site e redes sociais do Brasília Ambiental conforme a Instrução Normativa 27, de 2020. O objetivo da nossa audiência pública. Então, é discutir e apresentar o relatório de impacto de vizinhança referente ao processo de licenciamento ambiental, tratado aqui nessa noite, colhendo as sugestões, contribuições, questionamentos, manifestações de todos os interessados visando o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, conforme a resolução, conforme previsto na resolução CONAMA 9, de 1987, e na Lei Distrital 5081, de 2013. Então, o trâmite do nosso processo de licenciamento nos processos de parcelamento do solo. A etapa da audiência pública alimentar para obrigatória para esse tipo de atividade, conforme previsto na lei orgânica aqui do Distrito Federal. E ela é realizada dentro do licenciamento trifásico. Na primeira fase, que é a fase da LP, não é a licença prévia, onde é apresentado e elaborado o estudo ambiental. Apresentado estudo ambiental para o órgão ambiental fazer a análise referente a esse estudo e que trata justamente da concepção, da viabilidade do empreendimento conforme os levantamentos do estudo ambiental e demais é documentos técnicos que compõem o processo de licenciamento. Destacar, então, que a audiência pública ela é esse fórum de discussão aqui sobre o empreendimento. Ela não é uma fase de decisão em relação a deferimento ou indeferimento do processo.

É justamente ela acontece antes da análise técnica do processo, justamente para que possa a gente é colher essas contribuições, ser solicitado alguma adequação, alguma complementação, alguma correção no estudo ambiental que vai ser submetido análise específica pela equipe técnica, para a equipe técnica do Brasil Ambiental expor o seu o seu parecer referente ao estudo e a viabilidade do empreendimento. A nossa audiência pública é transmitida, é no canal oficial do Brasília Ambiental no YouTube. O ponto de acesso presencial, também previsto na Resolução CONAMA 494, de 2020, ele, então, quem tem alguma dificuldade com acesso à internet ou com o uso da tecnologia para poder entrar na reunião online, é próprio poder entrar também no YouTube pode então, se dirigir a esse ponto físico que foi divulgado também é, dentro dos das divulgações que a gente faz na documentação prevista aqui pela nossa audiência pública, foi divulgado também essa possibilidade de assistir presencialmente e participar da reunião online lá, com o auxílio do pessoal de apoio que está no local. O local escolhido e que está sendo então, servindo de apoio presencial, é o espaço Companhia de Festas, na Quadra 378 do Conjunto K, lote 9, Del Lago, na Região Administrativa do Itapôã. Em relação aos encaminhamentos aqui, as contribuições, as participações da audiência pública. A gente tem 3 formas de participação. Os interessados, então, podem encaminhar seus questionamentos tanto pelo WhatsApp institucional aqui do Brasília ambiental. Dando preferência para o formato de texto encaminhamento, mas para quem tiver dificuldade, poderiam caminhar também no formato de áudio das suas contribuições. O telefone é o DDD (61) 99248 9698. Essa descrição aqui do nosso telefone se encontra aqui na descrição do vídeo aqui do YouTube, tanto o WhatsApp quanto o e-mail que pode ser usado também para o encaminhamento das contribuições que é o licenciamento.ibram@gmail.com e as pessoas também que quiserem fazer uso da palavra podem entrar na reunião online e fazer o uso da palavra aqui durante audiência pública posteriormente, ao intervalo, que é a fase onde a gente vai apresentar essas manifestações. Eu vou compartilhar aqui a minha tela pra mostrar pra vocês onde que está na descrição aqui do vídeo para que vocês possam acessar com mais facilidade. Então, deixa só carregar aqui. Entrando aqui na página do YouTube, onde está sendo transmitida audiência pública. Aqui a tela inicial, não está na tela ao vivo aqui, só para não dar, é uma duplicidade. Então, aqui na tela inicial a gente tem aqui na descrição do vídeo aqui embaixo o nosso telefone aqui o WhatsApp, para o encaminhamento das contribuições, o e-mail o encaminha para poder fazer o encaminhamento também é tanto de texto quanto de documentação que queira ser anexada, audiência pública. E aqui o link para que possa entrar ao vivo. Então, aqui o link do *meet* pode entrar quem tiver interesse pode entrar ao vivo e fazer a sua participação aqui na audiência pública também. Ainda é aqui o link do site do Brasília Ambiental, onde consta todas as informações referentes a essa audiência pública, toda a documentação, o estudo ambiental também está anexado dentro desse link. Os avisos e toda a parte de informações referente a que a nossa audiência pública. Vou interromper aqui o compartilhamento só para a gente poder voltar aqui para nossa tela. Então, é dito isso, exposto aqui, então as formas de contribuição, WhatsApp, e-mail ou a participação online diretamente fazendo uso da fala aqui na nossa audiência pública. O chat ele do YouTube, ele fica aberto para que as pessoas que possa servir como um canal aí de interação entre os participantes, mas quem quiser fazer um encaminhamento das suas contribuições, então, é por algum desses canais aqui que a gente indicou. Interessante que todos os interessados que forem fazer encaminhamento, tanto pelo WhatsApp, e-mail ou fazer uso da palavra façam a sua apresentação ou escreva o seu nome para que a gente possa identificar as pessoas que estão encaminhando as suas contribuições e expor aqui é na audiência pública a apresentação de quem estava fazendo as suas contribuições. Em relação as mensagens do WhatsApp, então, preferencialmente na forma de texto, como eu já havia dito. Dependendo do número de participantes, a gente sabe que a gente pode ter o horário total da audiência pública. Apesar de ser um horário bem extenso de até 3 horas, às vezes dependendo da audiência pública, ele pode não ser suficiente para encaminhamento de todas as perguntas, todas as manifestações e as respostas aqui pela mesa. Então, se por acaso não houver tempo

hábil para que a gente possa apresentar todas as contribuições, essas contribuições, a gente encaminha depois tanto para a empresa quanto aqui, para o Brasília Ambiental, para que a gente possa e elas compõem a ata é completa da audiência pública que é divulgada em até 30 dias após a data de hoje. As manifestações online, fazendo uso da palavra, a gente solicita que seja respeitado o tempo de em torno de 3 minutos para aquelas manifestações individuais ou de 5 minutos para aquelas manifestações de quem for representante de algum, algum grupo, associação ou entidade. Caso seja possível, a gente não tem outros escritos pode fazer o uso da palavra novamente, sem problema algum. Em relação a nossa audiência pública, independentemente de ter participado ou não aqui, dessa transmissão ao vivo, qualquer pessoa de qualquer interessado poderá, no prazo de até 10 dias contados aqui da data da realização da audiência, encaminhar outras contribuições também tanto pelo e-mail citado aqui licenciamento.ibram@gmail.com ou pelo e-mail institucional aqui da superintendência de licenciamento ambiental sulam@ibram.df.gov.br. Essas contribuições que são encaminhadas então, nesse prazo de até 10 dias, elas vão compor também a ata completa que é divulgada em até 30 dias da realização da audiência pública. O vídeo com a transmissão dessa audiência pública, ele fica disponível no canal do Brasília Ambiental podendo ser acessada a qualquer momento, por qualquer interessado. Demais informações sobre a audiência, o regulamento completo e demais informações sobre a audiência podem ser encontradas, então no site do Brasília Ambiental. A gente tem uma aba lá específica sobre as audiências públicas quem constam as informações de cada uma das audiências. Audiência, então ela tem uma, ela tem essa duração máxima de 3 horas e ela é dividida em 4 blocos. A abertura sendo feita agora, com apresentação e leitura dos principais itens do regulamento e regras de funcionamento aqui da nossa audiência pública. A gente vai passar agora em seguida para a exposição técnica de até 30 minutos, podendo ser concedido um tempo adicional de 15 minutos, conforme está previsto no nosso regulamento. E a gente faz um intervalo de 15 minutos para que a gente possa organizar as perguntas, questionamentos que forem chegando, as manifestações que forem chegando pelo WhatsApp, pelo e-mail e a gente organizar também a nossa lista aqui de quem tiver participando na reunião online, quiser fazer o uso da palavra. Após então o intervalo, a gente faz essa parte de apresentação das manifestações e depois seguimos para o encerramento. A nossa audiência ela pode ser encerrada de forma anterior, então, ao prazo de 3 horas, se a gente não tiver mais nenhum questionamento a ser apresentado. Eu vou passar agora a palavra para o Christian, que é o representante aqui da PARANOÁ Consultoria de Planejamento Ambiental, que vai fazer a apresentação do estudo ambiental e aí depois a gente retorna para fazer os demais encaminhamentos aqui da audiência pública.

Senhor Christian (14:49)

Bom, boa noite a todos. Queria cumprimentar os participantes, cumprimentar o Antônio Terra, representando o IBRAM. Agradecer a participação de todos. Como Antônio Terra já colocou a gente está numa etapa inicial do processo de licenciamento ambiental do empreendimento RESIDENCIAL TANGARÁ que é um parcelamento de solo urbano. E como o Antônio também falou o licenciamento ele é dado em 3 etapas, licença prévia, licença de instalação e a licença de operação. A licença prévia é essa, na qual a gente se encontra agora. Etapa no qual a gente faz os levantamentos, no caso aqui, o estudo chamado RIVI. O RIVI a gente faz um diagnóstico ambiental. esse diagnóstico ele é realizado por uma equipe multidisciplinar, composta por biólogos, engenheiros florestais engenheiro civil, urbanista. No meu caso, eu sou geólogo, engenheiro ambiental também. E ao final dessa etapa que a gente está chegando perto da dessa finalização culminando na audiência pública e na análise do IBRAM, do estudo que foi que foi entregue. Caso a licença seja emitida, ela ainda não permite a construção do empreendimento. Ela simplesmente aprova a localização e a concepção daquele tipo de empreendimento naquele local. Então, essa etapa aqui que a gente está vivenciando agora. Vou dar início apresentação.

Em torno de 45 slides. Eu vou tentar ser bem objetivo e apresentar os principais aspectos aí do estudo ambiental. Bom, então dando início à apresentação do RIVI, que é o relatório de impacto de vizinhança do parcelamento de solo RESIDENCIAL TANGARÁ. O empreendedor é a Tangará Empreendimentos Imobiliários, que faz parte da TERIVA Urbanismo AS. É uma empresa de São Paulo que nos contratou na empresa PARANOÁ Consultoria e Planejamento Ambiental, do qual eu sou diretor técnico, responsável técnico e fui o coordenador do estudo. Como eu falei, eu sou geólogo de formação. Tenho doutorado em desenvolvimento sustentável, uma ampla experiência aí de 20 anos aqui no Distrito Federal com esse tipo de empreendimento mais estudos ambientais. Bom, a área encontra-se é na Região Administrativa do Paranoá, desculpa, do Itapoã. Ela tem um total de 14 hectares. Ela está na unidade hidrográfica do Ribeirão Sobradinho e o acesso a ela se dá pela DF 250 e a DF 440. Quem é da região, ali vai talvez, é, fique, é mais familiarizado, com acesso que localmente é conhecido como a estrada do Mourão. Então, é por ali e o empreendimento ali está entre nos fundos do Entre Lagos e nos fundos do Itapoã. Então, se a gente olhar aqui por esse mapa aqui é o Itapoã. Aqui é o Entre Lagos, o Mourão que eu falei, Ele está aqui entre o Entre Lagos e o Itapoã. Aliás, desculpa, Condomínio Novo Horizonte, o Entre Lagos é um pouquinho mais para o lado. E aos fundos aqui encontra-se a área e o objeto da audiência pública de hoje. Conforme o PDOT, que é o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal, para quem não está familiarizado, o plano diretor, ele é o documento ao qual ele define para todo o Distrito Federal, onde são as áreas urbanas, onde são as áreas rurais, onde são as áreas de expansão urbana. Então, o empreendimento está localizado numa zona chamada zona urbana de uso controlado II que permite a construção de novas áreas habitacionais de baixa e média densidade demográfica. Permite também atividades comerciais, institucionais, equipamentos públicos e comunitários inerentes à ocupação urbana. Ela está inserida no ARINE Itapoã. ARINE é um instrumento de regularização na área de regularização de interesse especial, previsto também no PDOT, onde em função de ocupações irregulares, que já existem lá, no caso Entre Lagos. Quando o PDOT cria um instrumento deste de uma área especial existem diretrizes específicas para regularização de uma área. No entanto, embora ele seja ARINE, a gente está falando de um empreendimento novo. Então, ele parte toda de uma regularidade. Agora ele esteja dentro de uma área maior de regularização de interesse especial. Uma área não interfere com a com nenhuma área de proteção de manancial, que essa APM está aí ou com conectores ambientais também previstos no PDOT. O empreendimento ele está dentro da APA do Rio São Bartolomeu. A APA é uma categoria de unidade de conservação. Para quem também não sabe as unidades de conservação são os parques, as APAs, as RPPNs. Então, as unidades de conservação elas são divididas em 2 grandes grupos. O grupo de proteção integral, que são aquelas áreas mais bem protegidas, restritas, a gente conhece aqui em Brasília, a Água Mineral que na verdade é o Parque Nacional de Brasília, ali a gente não pode ter construção nenhuma, não pode ter nenhum uso direto dos recursos naturais. Enquanto a APA ela pertence a uma outra categoria. A um outro grande grupo são as unidades de conservação de uso sustentável. Então, para a gente ter uma noção, praticamente 80% do DF está dentro de APA, a gente tem várias APAs aqui no DF. APA do Planalto Central, APA de Cafuringa, APA do Lago Paranoá, no caso, a gente está falando da APA do São Bartolomeu. Toda a unidade de conservação, ela precisa ter um plano de manejo, que é um documento técnico que define também um zoneamento para essa unidade de conservação. É basicamente dizer o que pode, aonde, o que não pode, aonde dentro dessa APA. Então, o que a gente está vendo aí de cores, de cores diferentes, são é esses zoneamentos. A gente, eu costumo fazer uma brincadeira assim, comparar o zoneamento com a nossa casa. Então, dentro da nossa casa, a gente tem os cômodos, os quartos, a cozinha. Cada cômodo do nosso, de uma casa ela tem uma função. Então, a cozinha para cozinhar. Vai ter as regras para se cozinhar ali dentro. O quarto para dormir. A sala de televisão, banheiro. Então, o zoneamento é basicamente isso. Eu vou dividir a APA, que é uma área grande, que pega toda a bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu e essa APA vai estar dividida de acordo com a

fragilidade dela. Então, áreas que são mais frágeis do ponto de vista ambiental, elas vão ter uma menor ocupação ou quase nada, só, por exemplo, zona de conservação da vida silvestre é muito restritiva lá dentro não pode ter loteamento, nem nenhum tipo de intervenção mais severa com relação ao meio ambiente. Então, no caso, o RESIDENCIAL TANGARÁ, ele está na zona de ocupação especial de interesse ambiental e um pedacinho dela na zona de ocupação especial de qualificação. Tá certo? No caso, dentre essas 2 que o Tangará está inserido a zona de a ZOEIA, né, que é a zona de ocupação de interesse especial que apresenta um pouquinho mais de restrição do que a de qualificação. E a principal restrição é que ela exigia do que 50% do parcelamento seja a área permeável, ou seja, não seja impermeabilizado por calçada, por residência, nenhum tipo de infraestrutura. Desses 50% de áreas permeáveis, 80% tem que ser mantido com remanescentes de vegetação do cerrado. O Distrito Federal as vezes é um pouquinho complicado da gente entender, mas ele é o Distrito Federal, tem várias camadas desses zoneamentos. Um deles é o PDOT que a gente falou. O outro é o zoneamento da APA e um terceiro, que é o zoneamento ecológico econômico, também trabalha com isso, onde são as áreas mais frágeis, qual é a vocação de uma determinada área. Então, ele vai trabalhando com isso, com riscos e potencialidades todo o território do Distrito Federal. Então, ele tem o ZEE, é composto por mapas de risco. Então, vamos lá. O ZEE, ele identifica diversos riscos. Risco de perda de vegetação, de recarga de aquífero, de contaminação do subsolo, de erosão. No caso, o ZEE, que é um é, vale ressaltar que é um que é um documento macro, que pega todo o Distrito Federal, ele identifica 2 áreas ali, uma como com médio risco para recarga de aquífero, considerando que ali é uma área plana, que a gente chama de latossolo, que é um solo permeável. O que que é a recarga de aquífero? Quando a chuva cai, infiltra no solo e essa água, ela vai é por debaixo da terra alimentar as nascentes. O que que a gente chama de aquífero. É aquele lençol freático, que as pessoas conhecem. Como é uma área muito permeável, então ele tem esse risco médio para a contaminação das águas subterrâneas. No caso do subsolo também. Considerando aí, no caso alto risco para a contaminação do subsolo. No caso da perda de área, como a área vai ser, ela é impermeabilizada, essa água que infiltra no solo, ela deixa de infiltrar. Então, ela deixa de recarregar as nascentes. Então, o projeto urbanístico feito pela nossa arquiteta, Ana Chaer, previu que é um projeto que contempla 54,9% de permeabilidade, o que é reduz bastante a questão do risco de perda de área de recarga e o sistema, o esgoto do que vai ser gerado pelas residências ele vai ser interligado à rede da CAESB, o que também praticamente neutraliza todo esse risco de contaminação do subsolo. Bom, é esse é o projeto urbanístico. Recapitulando que a área total é de 14 hectares. A gente tem aí 7,29 hectares de área permeável que daqui dá 51,55%. A densidade habitacional isso, são diretrizes, é de 50 a 150 habitantes por hectare. Uma população imprevista de 1132 habitantes. Serão 342 lotes residenciais com a metragem em torno de 140 uma média de 140 m<sup>2</sup> cada lote e 4 ha de área pública. O estudo preliminar de atende o PDOT e a todas as legislações urbanísticas. Esse é um quadro síntese do projeto. A gente tem uma área aí eu não vou ler tudo, mais uma, para contemplar, a questão daquele 50%, a gente, está previsto isso ainda está em discussão. Mais uma RPPN. A gente tem aí com a compondo essa permeabilidade também a área de preservação permanente e também é atendendo a legislação, as áreas, que é uma área bem pequenininha, que está com declividade acima de 30%. Nessa área também ela não é passível de parcelamento, foi excluída. Certo? Eu não vou ler tudo, mas se no final alguém quiser voltar aqui e fazer algum questionamento nossa arquiteta está online aí também a gente pode responder no final. Então, para atender aquela, eu estou dando mais ênfase na questão ambiental. Então, aquele é para atender aqueles, 50, aqueles 80% dos 50% de áreas permeáveis a gente tem aí, a priori, uma área de preservação permanente do córrego, e uma reserva particular do patrimônio natural. Bom, vamos ao diagnóstico ambiental. O diagnóstico também eu faço uma brincadeira que é como a gente é quando a gente vai ao médico, a gente está lá, doente e tal, a gente vai no médico, o médico, ele dá um diagnóstico e para isso, ele usa alguns instrumentos. Ele tira sua temperatura, sua pressão, e aí ele vai te dar um diagnóstico. Esse diagnóstico é a mesma coisa aqui na área ambiental, só que lógico que os

instrumentos são outros. O diagnóstico, ele é composto por um meio físico, que é geologia, que são as rochas, a água, os rios, o solo, atmosfera e então esse é o meio físico. A gente tem o meio biótico, que é a um a fauna, que são os animais. A flora, que são as plantas. E a questão socioeconômica, que são as pessoas. Então, a gente tem que ter esse diagnóstico aí voltando para o caso do médico, ele faz o seu diagnóstico em você e ele vai te dar um prognóstico. Hã, você vai tomar o remédio, você vai melhorar tal. Isso é o prognóstico como é que você vai ficar. No caso aqui a gente faz um exercício chamado também de prognóstico que é a como é esse meio ambiente dentro desses componentes ambientais que são meio físico, biótico e socioeconômico. Como é que eles vão ficar após a instalação do empreendimento. Então, a gente começa pela geologia, que é a questão das rochas. A gente tem um mapa geológico do DF. O DF é bem conhecido em termos de rochas. Um mapa feito por um professor da UnB já bem consagrado aí na literatura técnica e científica, é o metarritmico argiloso, que são quartzitos, intercalados com ardósias com siltitos, com rochas mais finas. Que a gente chama de sedimento fino. Isso, a gente faz pelo mapeamento que ele já existe para o DF, por pois, não há afloramento de rochas na área do parcelamento. A gente fez um mapeamento in loco de solos. Lá, a gente encontrou praticamente na maior parte da área dos latossolos. São esses solos que eu falei permeáveis, eles são bastante espessos, chegam a ter 20, às vezes 30 metros de profundidade. E ali, próximo do córrego são os solos mais frágeis os gleissolos. Para quem conhece essa foto que está aí à esquerda, esses solos, mais escuros, preto. Sabe o que a gente chama de hidromórficos. Eles estão associados como se fosse um brejo assim, a gente pisa e afunda o pé na água. Então, são esses solos próximos aos córregos são solos mais frágeis. Basicamente isso, 3 tipos de latossolo vermelho, vermelho/amarelo, que são diferenças de cores e outro faz cascalhenta, que é uma área um pouquinho com que tem um morrotezinho com laterita. E que a gente chama de latossolo vermelho/amarelo faz cascalhenta. Não é por causa desse cascalho que a gente encontra no local. Esse é o relevo nessa área bem plana. A gente colocou esse mapinha aí na parte de baixo, com o mapa de declividade e a gente plotou assim a questão da restrição legal, da Lei 6766 de 79, que é a Lei de Parcelamento de solo urbano que fala que o que você não pode parcelar áreas acima de 30%. Então, esse 30%, esse vermelhinho aí é corresponde a isso na área maior que 30% dessa lei. A gente fez um mapa de suscetibilidade a erosão. A gente vê que praticamente baixa em função da declividade, do tipo de solo, um pedacinho ali que é mais um, tem mais declividade, que é moderado. Então e aí, lógico que assim a gente sempre aqui na erosão, a gente vai prever depois vai para frente questões para sempre minimizar qualquer processo erosivo. Cada solo possui um grau de erodibilidade, a declividade preponderante. Como eu falei, a área tem baixa suscetibilidade a erosão. Recursos hídricos. Então, a gente está aí na bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, no Córrego Indaiá, que é o que faz o limite ali noroeste, em cima, daí a esquerda Córrego Indaiá, com os fundos. Aquele afluente do Ribeirão Sobradinho, certo? Na parte de flora, existe uma grande maioria da área é um formato por um pasto, com árvores isoladas, aonde eu mostrei aquele o latossolo cascalhento, em função de ser uma área com uma declividade maior que isso aí já falando na questão histórica. Como Ela é mais acidentada, o solo cascalhento e, portanto, menos aptidão agrícola, mas é mais difícil a mecanização. Ele então, isso é uma tendência de todo cerrado, não essa dessa área, mas de Goiás, Minas e o Distrito Federal como um todo. Essas áreas que têm mais declividade, menos a aptidão agrícola elas acabam ficando com o cerrado remanescente, com o cerrado, mas melhor preservado. Então, a gente tem, foi identificado pelo nosso engenheiro florestal, engenheiro Renato, árvores isoladas, capoeiras, cerradão, cerrado sentido restrito e mata de Galeria. Foram identificados alguns indivíduos protegidos o pequi, copaíba, jacarandá, ipê, sucupira, peroba e pau doce. E considerando esse diagnóstico, depois demonstrei lá o urbanismo, essas áreas, as áreas que vão ser ocupadas são as áreas são prioritariamente as áreas já antropizadas, essas áreas de pasto. As áreas que tenham cerrado preservado, elas vão ser aí protegidas para atender aqueles 50% de impermeabilização e 80% de área é desses 50%, 80% de área remanescente de cerrado, onde serão preservadas. Nas áreas

degradadas, como a beira do córrego, ser previsto um PRAD, que é um plano de recuperação de área degradada, na APP do Córrego Indaiá. Então, tem um mapinha e de uso do solo, aquelas feições que a gente que eu listei anterior, a capoeira, a parte do cerrado, o cerradão e se vocês vão se lembrar daquela parte do projeto de urbanismo, ela coincide com essa parte, é verdinha clara ali, de mata estacional cerradão. Então, vão ser as áreas que vão ser conservadas. E a grande maioria é aquele pasto ali, com árvores isoladas. Na parte de fauna, feito por biólogos, também especializados. A gente estudou os répteis, os anfíbios e os peixes. Foram registrados em 2 campanhas. Na primeira identificada 28 indivíduos e na segunda de anfíbios, répteis e na segunda, 190 e 192 indivíduos. Todos esses indivíduos eles estão aí agrupados em 18 espécies. Só nos anfíbios, a perereca, perereca da mata, sapo cachorro, rã-pimenta, rã de bigode, rã-quatro-olhos. Répteis, lagarto preguiça, calango de muro, bico doce, dormideira. Não foi registrada nenhuma espécie em extinção e 7 espécies endêmicas do cerrado, ou seja, que ocorrem somente no cerrado brasileiro. A rãzinha da mata, perereca da mata, sapinho, rã 4 olhos, perereca, macaco, lagarto, preguiça. Nas aves, total de 95 espécies. A primeira campanha, 80. Segunda campanha, 89 indivíduos. As espécies mais abundantes pomba galega, periquito de encontro amarelo, picapauzinho escamoso, bem-ti-vi, também não foi registrada nenhuma espécie em extinção e 4 espécies endêmicas do cerrado. Eu vou acelerar um pouquinho gente para poder a gente cumprir o tempo. E no final, é lógico que a gente vai estar aberto a voltar em qualquer slide que que se eventualmente ficar alguma dúvida. Como eu falei, a gente está na APA do Rio São Bartolomeu, está próximo do Parque Ecológico Sementes do Itapoã, e não interfere com os conectores ambientais, previsto no PDOT que é aquela linha tracejada ali em laranja, que a gente está vendo no mapa. A questão socioeconômica é principalmente é relacionada a RA do Itapoã com a população de 65000 habitantes, 50% do gênero feminino, a média de idade, 29 anos. As pessoas trabalham principalmente, 36%, no Plano Piloto. Bom percentual aí No Itapoã que é uma coisa boa. A cidade tem uma vida local, não é só uma cidade dormitório. E a questão do rendimento, não é a grande maioria da população aí ganha entre 1 e 2 salários mínimos. Isso define o perfil da região, o perfil de baixa renda. O principal transporte é o ônibus, seguindo o automóvel, a pé. Mais de 70% casas fora do quando fora de condomínio, ou seja, são loteamento aberto, que é a característica também do projeto do Tangará, RESIDENCIAL TANGARÁ. É um loteamento aberto, não é na forma de condomínio fechado. Seguindo aí, mais ou menos o padrão regional. Seu mapa de equipamentos públicos como a escolas, posto de saúde, quadra de esporte, de lazer a parte de segurança pública, abastecimento e congêneres. A gente tem linhas que abastecem aí a gente fez uma consulta, não é a SEMOB, que é a Secretaria de Mobilidade do DF e as linhas aí existentes, elas podem absorver essa demanda de incremento de população que o empreendimento vai trazer. As principais vias de acesso, como eu já falei, não vou repetir Avenida no Morão lá não é que eu me referi. A gente fez um levantamento arqueológico. A gente nos últimos anos esse processo de licenciamento veio identificando várias áreas no DF, com vestígios de ocupações aí, humanas antigas, mas no caso lá, o terreno foi todo, perfurado por um arqueólogo e não foi encontrado nenhum, nenhum vestígio dessas civilizações antigas na área do projeto. A gente fez um relatório, submeteu ao IPHAN, que é o órgão que é o responsável pela gestão do patrimônio histórico e já o projeto foi aprovado. Não identificando nada de civilizações antigas. Bom, com relação a infraestrutura. CAESB se posicionou. A gente faz uma carta consulta, ela não tem capacidade para atendimento, então a alternativa selecionada foi para captação por água subterrânea, por posto tubular, poços profundos. A gente já tem uma outorga prévia emitida pela ADASA, para atender uma população de 1132 habitantes. Em uma demanda máxima aí diária de 3 litros por segundo. A questão do esgotamento sanitário, CAESB se manifestou é que é possível uma interligação. Vai precisar de um interceptor para levar o esgoto até a elevatória para essa mesma população aí prevista no projeto. A parte de drenagem pluvial. A gente vai ter captação por boca de lobo e rede é PEAD. Um reservatório aquele azulzinho ali de retenção e qualidade. Isso é muito importante para que a água que vai para o córrego, vai ser jogada no córrego ela não seja uma nem em

grande quantidade que vai causar erosão. Para isso, a bacia de quantidade ela amortece aquele pico de chuva e o de qualidade, que ela acaba, como são 2, ela acaba retendo sedimentos e evitando que vá a algum tipo de poluição para o Rio. E o lançamento no córrego Indaiá. Essa concepção de drenagem ela já foi aprovada pela NOVACAP. Tem um despacho. Com a anuência. A gente consultou também SLU quanto a capacidade de atendimento de resíduos e o SLU se manifestou favorável ao atendimento. A mesma coisa para energia elétrica. E aí a gente chega no prognóstico ambiental. Então, a gente faz um fluxo aí de em cada etapa do empreendimento, desde essa época que a gente está vivenciando, que é o planejamento, o licenciamento ambiental, urbanismo. Isso gera uma expectativa na população, às vezes no mercado imobiliário. Só para exemplificar, depois da segunda etapa, a gente vai ter aí a supressão da vegetação, a gente vai ter as obras de terraplanagem, a instalação da infraestrutura, drenagem, água e esgoto, pavimentação e depois a gente vai ter edificação, que é a parte de operação do empreendimento que é a moradia das pessoas, as pessoas morando no residencial. Então, a gente faz essa é faz essa, é esse fluxo aí de atividades e vai relacionando cada um deles com os impactos ambientais. Então, a gente identifica a intervenção ambiental que a gente está chamando de IMA, alteração ambiental e o impacto propriamente dito que é o ima. O fluxo relacional de eventos aí dá para gente poder ter uma metodologia para avaliar os impactos ambientais. Então, o é o INA. A gente tem ali na etapa de planejamento que essa etapa agora que a gente está vivenciando. Então, o planejamento das intervenções de infraestrutura. A gente vai levantar as informações, vai elaborar projetos, ela vai gerar um impacto positivo no caso de um conhecimento científico sobre a área. A gente pode gerar e gerar expectativas. O aumento da arrecadação e a própria valorização imobiliária. Às vezes o empreendimento que está surgindo na região, ele pode aí valorizar, pode valorizar o as áreas vizinhas. Isso em função da especulação. Isso é um impacto, ele pode acontecer nesta fase. Aí já na fase de instalação. Então, a gente tem a supressão da vegetação, ela vai gerar uma alteração na paisagem, essa alteração na paisagem vai reduzir a cobertura vegetal, ela pode ocorrer processos erosivos. Vocês veem que cada cor ela está relacionada a um dos meios. Então verde ao meio biótico, o laranja ao meio físico e o azul ao socioeconômico. Aquele anterior era só socioeconômico agora a gente está vendo os impactos aqui, mais no ambiente físico e no ambiente biótico. Eles são os impactos de primeira ordem e esse, por sua vez, vão gerar impactos de segunda ordem, como afugentamento de fauna, atropelamento da fauna. São tudo isso é isso tudo, gente, são exercícios que a gente faz, com os profissionais que já são experientes e a gente é, quantifica e qualifica cada um o risco de cada uma dessas, a probabilidade de ocorrência de cada uma desses impactos. Como eu falei, é um exercício aí de prever e para e a gente, prevendo os impactos depois, a gente vai propor medidas mitigadoras, medidas que vão reduzir esses riscos e esses impactos ambientais. Ali no quadrinho de baixo movimentação de máquinas e equipamentos. Isso aí também vai levar a níveis de ruído nessa fase, na fase de instalação, possivelmente uma coisa pontual de alteração de qualidade do ar. Para cada um desses impactos, ali, agora detalhando ali a terraplanagem, instalação de infraestrutura, vai ter a compactação, movimentação e personalização do solo. Eu não vou ler todos gente para a questão do tempo, mas mais uma vez resalto que a gente pode é voltar aqui depois, e detalhar cada um deles. Bom, mobilização e desmobilização do canteiro de obras. Vai gerar resíduos e efluentes. Possível contaminação do solo, proliferação de vetores causadores de doença. Aqui por baixo, fluxo de pessoas e serviços, aqui um impacto positivo que a dinamização da economia. Depois aquele último, naquele fluxograma, obras civis, a ocupação. Fluxo de pessoas, alteração da paisagem, consumo de recursos naturais, fomento do mercado imobiliário de geração de resíduos. Para cada isso a gente associa um impacto ambiental. Bom, então, a gente fez o primeiro diagnóstico. A gente fez a fase de prognóstico. Esse exercício de tentar pensar quais são os impactos que vão ser gerados com esse empreendimento, com esse empreendimento e depois a gente gera um capítulo também do estudo ambiental que a gente chama de medidas mitigadoras que são medidas que vão reduzir a probabilidade ou a magnitude daqueles empreendimentos e os que não são mitigáveis eles são compensados. Então, a gente tem lá os



impactos da alteração do ar, elevação dos níveis de ruído, geração de resíduos da construção, ocorrência de erosão e assoreamento. Em que fase que isso vai ocorrer? A alteração da qualidade ela vai ser uma supressão da vegetação na época da Terraplanagem, na implementação da infraestrutura. Qual é a mitigação? Restringir o trânsito de veículos e máquinas pesadas nas vias externas. Os aspersores de água para evitar aquela poeira. Operação de equipamentos dentro da especificação técnica. E aí a gente vai ter é um plano que vai ser elaborado na próxima etapa da licença de instalação detalhada. A gente propõe agora e depois ele é detalhado na fase de licença de instalação, que é um plano de controle de obras, que ele vai ter lá depois as metas, as metodologias e os resultados que vão ser esperando em cada um dos planos. Então, para cada impacto a gente vai ter aí uma medida, uma ou várias medidas específicas, tudo dentro de planos que vão fazer isso de forma organizada, sistematizada para que a obra tenha o mínimo de impacto possível. Então, para cada um voltando aqui os impactos que eu já falei, para os vários programas e planos, e as várias medidas aí para, para compensação. Bom, concluindo, o parcelamento ele está numa zona urbana de uso controlado. Ele está dentro de uma propriedade particular, registrado aí no cartório de registro de imóveis. Haverá inerente ao tipo de empreendimento, à supressão da vegetação. Com tudo isso, será mantido por cerca de 5 hectares de cerrado nativo sobre a forma de área de preservação permanente e de RPPN. Para RPPN também é uma unidade de conservação, de propriedade particular, não é uma daquelas categorias que o que eu expliquei no início, uma categoria de proteção integral, ou seja, dentro dela você não pode fazer nenhum uso direto dos recursos naturais. Não há restrições quanto a riscos geotécnicos, o uso pretendido atende ao previsto nas diretrizes urbanísticas e a população local. E o projeto urbanístico, composto majoritariamente por áreas residenciais e equipamentos públicos, institucionais, áreas verdes e sistema viário. Agradeço a atenção de todos e a gente fica à disposição para atender qualquer questionamento e dúvida que que tenha que tenha gerado., ter ficado. Ah, desculpa tem mais aqui uma página. É abastecimento de água pelo sistema independente, por meio de poço tubular, até o atendimento definitivo pela CAESB. O esgotamento sanitário interligado ao da Caesb com implantação de rede coletora interceptor. Drenagem com projetos na NOVACAP é prevendo a rede coletora e reservatórios de detenção. Impactos são inerentes, típicos da atividade desenvolvida e possui metodologia de mitigação. Considerando essa avaliação realizada nesse estudo, a equipe técnica se posicionou pela viabilidade técnica da implantação do empreendimento. Grato.

Senhor Antônio Terra (50:41)

...voltando aqui para a nossa audiência, continuidade, agradecer ao Christian aqui pela exposição técnica. Agora a gente, conforme previsto no regulamento, a gente faz o intervalo de 15 minutos para que a gente possa retornar depois, com a manifestação de todos os interessados que estiverem aí o interesse de fazer suas contribuições aqui para o para o andamento do processo de licenciamento ambiental. E é fazer alguma contribuição em relação aqui ao estudo ambiental também do empreendimento. Só lembrar, então o que a gente tem aqui, os 3 canais, né, de comunicação, WhatsApp, o e-mail e quem quiser fazer o uso da palavra pode entrar na reunião online. É aqui em baixo do vídeo do YouTube a gente tem ali, na descrição do vídeo, então o número do WhatsApp, o endereço do e-mail e o link que para que possa entrar na reunião online. Certo? Agora são 19h48min, então a gente inicia um intervalo de 15 minutos, conforme previsto no regulamento, e a gente retorna então daqui 15 minutos para dar continuidade à audiência pública. Obrigado.

(68:04)

Bom, conforme o nosso regulamento, a gente está retornando, então aqui do nosso intervalo, da audiência pública. E agora a gente tem a dinâmica de participação, tanto do encaminhamento que a gente

faz aqui pela mesa dos questionamentos, das contribuições que chegam pelos canais do WhatsApp, pelo e-mail, a gente ainda não teve nenhum encaminhamento aqui de nenhuma manifestação trazida aqui para que a gente faça a leitura aqui pela mesa. E agora a gente vai então, vê se a gente tem alguma participação em relação a reunião online aqui, se alguém vai fazer o uso da palavra. Primeiramente, eu vou falar, passar a palavra para o Flávio, que é o responsável que está lá no apoio, no ponto, no ponto presencial, para saber se a gente tem algum participante de lá que queira fazer o uso da palavra. Então, Flávio, abrir o teu áudio aí.

Senhor Flávio (68:10)

Boa noite, Antônio. Boa noite a todos. Aqui no ponto de apoio. Infelizmente não temos nenhum participante. (Tá certo?) Bom, tudo montado, tudo pronto, mas infelizmente, não temos nenhum participante.

Senhor Antônio Terra (69:21)

Está certo. Te agradeço aí pela informação. A gente aqui na reunião online, a gente tem o pessoal da equipe técnica que está participando. A gente tem o Rafael, também é o empreendedor. E eu vou passar a palavra aqui para o como a gente não tem nenhuma, nenhum escrito aqui por enquanto para fazer o uso da palavra, eu vou retornar a palavra para o Christian que se ele quiser fazer alguma contribuição e aí, podendo também estender a palavra aí para o para o empreendedor ou para alguém da equipe técnica que queira fazer alguma contribuição. Até a gente é, e aí depois a gente vê se tem alguma outra é participação aqui para a gente passar durante a nossa audiência.

Senhor Christian (70:07)

Bom, eu só queria agradecer a tona e a você, em nome do IBRAM, não é pelo espaço, pela oportunidade. Agradecer a toda equipe que está participando que ficou aí até essa hora. A equipe de TI também. O pessoal que está lá em campo e agradecer ao Rafael também pela oportunidade de estar trabalhando nesse projeto. Rafael, se você puder dar uma palavrinha final aí para gente encerrar. Falar um pouquinho da empresa, do empreendimento, obrigado.

Senhor Rafael Roriz (70:29)

Boa noite a todos. Primeiro, quero agradecer aí a participação de todos. Nós somos uma urbanizadora presente aí em vários estados no Brasil, estamos desde na Paraíba, até no Rio Grande do Sul, passa por Goiás, DF, Minas, São Paulo. E assim, nós falando assim bem, de uma maneira bem sucinta nós ficamos assim muito, então estou muito satisfeita aí pelo trabalho que foi desenvolvido, está sendo desenvolvida pela Paranoá pelo trabalho da arquiteta Anna Chaia fez um belo trabalho. Trabalho também da equipe do Brito. Também está aqui presente. Então, um modo TERIVA a gente sempre preza por bons projetos. É onde a gente chega. A gente gosta de entregar espaços públicos, de qualidade. A gente sabe que as pessoas carecem muito disso. Então, onde a gente chega a gente gosta de ser referência nisso. Então, depois quem tiver interesse pode pesquisar um pouco mais sobre os outros projetos novos, mas a gente gosta realmente de criar endereços, a gente não gosta de simplesmente chegar pegar gleba e faz aquele é, é, coloca lá só, né? Sem preocupar muito, com a qualidade dos espaços que estão sendo entregues. Então, que a gente sabe além de tudo, que que Brasília, o Distrito Federal carece de esse tipo de oferta, de lotes regulares de e, principalmente, focado, no público aí de classe B classe C. Então, a gente ficou

muito feliz de poder oferecer isso, para o, público do DF. Então, é isso. Olha, muito obrigado, estamos tendo muito satisfeito. Parabéns a todos pelo trabalho, está sendo desenvolvido. Vamos em frente e nós estamos aqui à disposição. Obrigado.

Senhor Antônio Terra (72:45)

Bom, obrigado pela participação. A gente não recebeu aqui nenhuma inscrição aqui para participar. Não sei se alguém da equipe da Paraná Consultoria quer fazer alguma complementação alguma, alguma outra informação referente aí ao estudo ambiental? Ao empreendimento? Pode, a palavra, fica franqueada aí também se alguém quiser fazer alguma contribuição. Se a gente não tiver nenhuma contribuição nesse momento, a gente como é de praxe aqui da audiência pública, a gente faz mais um intervalinho de 5 minutos para aguardar se ainda é depois durante esse intervalo, se alguém quiser fazer alguma contribuição, aí pode entrar na reunião ou fazer um encaminhamento aqui pelo WhatsApp ou pelo e-mail das contribuições. E a gente nesse retorno a gente faz então, a leitura ou franquia a palavra para quem tiver interesse. Caso não, não tenha nenhum interessado, aí a gente faz então, o encerramento da nossa audiência. Vou franquear a palavra aqui para o Cristian ou alguém da consultoria, se quiser fazer alguma complementação em relação aí ao estudo ou empreendimento. Fiquem à vontade. Então, a gente faz o intervalo aqui de 5 minutos para que a gente possa então retornar e na volta a fazer os encaminhamentos aqui da audiência pública, seja para o encerramento ou pra gente é fazer a apresentação aqui de alguma contribuição, franquear a palavra para algum interessado. Obrigado.

(79:14)

OK, gente. Estamos retornando então aqui, desse segundo intervalo que a gente fez. A gente não recebeu nenhuma contribuição aqui pelo e-mail, nem pelo WhatsApp e nem nenhuma inscrição aqui para fazer uso da palavra aqui durante a audiência. Então, a gente vai conduzir agora aqui para encerramento da audiência pública. Lembrando que esse vídeo, ele fica gravado no YouTube disponível no canal do Brasília Ambiental, no YouTube e lembrando também aquele prazo de até 10 dias de qualquer interessado também pode fazer ainda aos seus encaminhamentos das suas contribuições pelo e-mail, que está aqui na descrição do vídeo e disponível também lá nas informações que estão no site do Brasília Ambiental. Então, em até 10 dias podem ser encaminhados ainda documentação ou qualquer manifestação, contribuição que qualquer interessado aí queira encaminhar aqui para Brasília Ambiental e se for para ser encaminhado para a consultoria ou para o empreendedor, a gente encaminha, aguarda resposta também e faz a publicação desse tanto da contribuição quanto da resposta dentro da ata completa que é divulgada em até 30 dias após aqui a nossa audiência pública. Então, fazendo o encerramento aqui da nossa audiência pública, o processo de licenciamento ambiental 0039100001943/2022-81 do empreendimento RESIDENCIAL TANGARÁ, localizado na Fazenda Sobradinho dos Melos, Região Administrativa do Itapoã tipo de licença, licença prévia para atividade de parcelamento do solo urbano, interessado, é a TERIVA Urbanismo S.A. e a empresa responsável pelo estudo, a PARANOÁ Consultoria e Planejamento Ambiental. Agora são 20h17min, em nome do Brasil Ambiental eu agradeço aqui a participação de todos na nossa audiência pública. E desejo aí uma boa noite a todos. Encerramos aqui a nossa transmissão até a próxima audiência. Obrigado.